

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.190 - TO (2018/0312033-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S/A**
ADVOGADO : **RODOLPHO VANNUCCI E OUTRO(S) - SP217402**
RECORRIDO : **FERREIRA E FEITOSA LTDA.**
ADVOGADOS : **ALUÍZIO GERALDO CRAVEIRO RAMOS E OUTRO(S) - GO017874**
: **WILSON PIAZA DA SILVA - GO025150**
: **RENATA DE ALMEIDA MANSO - GO038102**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ACOLHIDA PELO JULGADOR SINGULAR. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA REVENDA. CONTRATO DE ADESÃO. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA DA RECORRENTE DEMONSTRADA. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO AFASTADA. RECURSO PROVIDO.

1. O STJ possui entendimento no sentido de que a cláusula que estipula a eleição de foro em contrato de adesão, só poderá ser considerada inválida quando demonstrada a hipossuficiência ou a dificuldade de acesso da parte ao Poder Judiciário.

2. No caso dos autos, vislumbra-se que a documentação juntada aos autos demonstra que o contrato envolve questão privada, sem aplicação do CDC, porém é possível notar que a agravante é a parte hipossuficiente da relação contratual, pois litigar na cidade do Rio de Janeiro certamente inviabilizará sua defesa, por se tratar de empresa de pequeno/médio porte. Por outro lado, a agravada trata-se de empresa multinacional, possuindo amplos recursos, prepostos e meios de transporte variados ao seu alcance, com sede em uma grande metrópole brasileira.

3. É manifesta a vulnerabilidade da empresa agravante (capital social declarado no valor de R\$ 50.000,00 – cinquenta mil reais, segundo contrato social juntado no evento 1, anexo 4, do processo originário) em relação à empresa agravada (capital social declarado de R\$ 301.698,458,00 – trezentos e um milhões, seiscentos e noventa e oito mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais, segundo contrato social juntado no evento 14, anexo 2, do processo primitivo), tendo-se em vista o porte econômico de uma em comparação com o da outra, restando cristalino que a prevalência do foro de eleição estipulado no contrato de adesão resultaria ao aderente óbice ao acesso à justiça, revelando-se, assim, abusiva a aludida cláusula, devendo ser declarada sem efeito, a fim de reestabelecer a igualdade entre os contratantes.

4. Demonstrada, então, a relação de hipossuficiência, não pode prevalecer o foro de eleição fixado no contrato celebrado entre as partes,

sob pena de prejudicar ou até mesmo inviabilizar o direito da recorrente ao amplo acesso ao contraditório, à ampla defesa e ao poder jurisdicional.

5. *Recurso conhecido e provido*" (e-STJ fls. 527/528).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 562/578).

No especial, além de divergência jurisprudencial, a recorrente alega violação dos artigos 63, § 3º, 489, § 1º, III e IV, 1.015 e 1.022, II, do Código de Processo Civil 2015

Aduz que o Tribunal de origem, apesar de instado pelos aclaratórios, deixou de se manifestar a respeito das seguintes omissões no julgado: (i) a discussão dos autos não está prevista no rol taxativo do artigo 1.015 do CPC/2015; e (ii) o valor do contrato firmado entre as partes justifica a validade da cláusula de eleição de foro.

Sustenta que a interposição de agravo de instrumento, de rol taxativo, não contempla a decisão que declina a competência. Aponta precedente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul como acórdão paradigma da controvérsia.

Defende a ausência de abusividade da cláusula contratual que estipulou foro de eleição para a resolução de conflitos em contrato comercial, porquanto o expressivo valor do contrato demonstra a capacidade financeira, técnica e jurídica de ambas as partes ora litigantes.

Após o decurso do prazo legal para a apresentação das contrarrazões (e-STJ fl. 621), o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

De início, o argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional é improcedente.

De fato, o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, indicando corretamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Quanto ao artigo 1.015 do CPC/2015, observa-se a ocorrência de prequestionamento ficto, tendo em vista que a recorrente apontou violação do artigo 1.022 do

CPC/2015.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. PRÉ-QUESTIONAMENTO FICTO. OMISSÃO. AUSÊNCIA. DANO MORAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei. (...)

3. Agravo interno no recurso especial desprovido" (AgInt no REsp 1.719.311/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 22/5/2018, DJe 28/5/2018).

Sobre o tema, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que *"a decisão que define a competência relativa ou absoluta é semelhante à decisão interlocutória que versa sobre rejeição da alegação de convenção de arbitragem, prevista no art. 1.015, III, do CPC/2015 (porquanto visa afastar o juízo incompetente para a causa) e, como tal, merece tratamento isonômico a autorizar o cabimento do agravo de instrumento"* (AgInt nos EDcl no REsp 1.731.330/CE, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/8/2018, DJe 27/8/2018).

No mesmo sentido:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

(...)

5. Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III

do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda.

6. *Recurso Especial provido*" (REsp 1.679.909/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 1º/2/2018).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. COMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015 DO CPC/15. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. *É cabível agravo de instrumento para impugnação de decisão interlocutória que decide sobre competência, conferindo-se interpretação analógica ou extensiva ao inciso III do art. 1.015 do CPC/2015.*

2. *Agravo interno não provido*" (AgInt no AREsp 1.309.300/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 27/9/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA PARA UMA DAS VARAS DA JUSTIÇA FEDERAL. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. ART. 1.015 DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA.

1. *O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que 'Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda' (REsp 1.679.909/RS, Rel. MINISTRO LUÍS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14.11.17, DJe 1º/2/18).*

2. *Recurso Especial provido para, afastando o não cabimento do Agravo de Instrumento, determinar ao Tribunal de origem que prossiga no julgamento*" (REsp 1.707.652/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/5/2018, DJe 21/11/2018).

Desse modo, cabível a interposição do agravo de instrumento contra decisão que define competência.

Por fim, a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que é válida a cláusula de eleição de foro avençada entre pessoas jurídicas no caso de inexistir hipossuficiência entre as partes ou dificuldade de acesso ao Judiciário.

No caso concreto, a parte recorrida interpôs agravo de instrumento contra a decisão do magistrado singular que reconheceu a incompetência do Juízo de Dianópolis/TO para processar e julgar o feito, e declinou esta ao Juízo da Comarca de Rio de Janeiro/RJ.

O Tribunal de origem, por sua vez, deu provimento ao recurso para afastar a

cláusula de eleição de foro prevista no contrato firmado entre as partes e, assim, manter a competência do Juízo de Dianópolis/TO para o processamento do feito originário.

Para tanto se valeu dos seguintes fundamentos:

"(...)

Deste modo, na hipótese dos autos, vislumbra-se que as argumentações trazidas pela embargada possuem sustentação jurídica, porquanto a documentação juntada aos autos demonstra que a manutenção do foro de eleição, no caso, a cidade do Rio de Janeiro, certamente prejudicará sua defesa, por tratar-se de empresa de pequeno/médio porte.

Por outro lado, observa-se que trata-se a embargante de empresa multinacional, possuindo amplos recursos, prepostos e meios de transporte variados a seu alcance. Neste ponto, cumpre destacar ser manifesta a vulnerabilidade da empresa agravante/embargada (capital social declarado no valor de R\$ 50.000,00 – cinquenta mil reais, segundo contrato social juntado no evento 1, anexo 4, do processo originário) em relação à empresa agravada/embargante (capital social declarado de R\$ 301.698,458,00 – trezentos e um milhões, seiscentos e noventa e oito mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais, segundo contrato social juntado no evento 14, anexo 2, do processo primitivo), tendo-se em vista o porte econômico de uma em comparação com à outra, restando cristalino que a prevalência do foro de eleição estipulado no contrato de adesão resultaria ao aderente óbice ao acesso à justiça, revelando-se, assim, abusiva a aludida cláusula, devendo ser declarada sem efeito, a fim de reestabelecer a igualdade entre os contratantes.

Destarte, cumpre ressaltar que, embora os contratos entabulados entre as partes envolvam grandes valores, tal situação por si só não é hábil a afastar a condição de hipossuficiente da embargada, haja vista, como dito acima, a presença de franqueadora multinacional frente ao capital social da franqueada, induz ao reconhecimento de vulnerabilidade desta" (e-STJ fls. 574/575, grifou-se).

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal para afastar a vulnerabilidade da recorrida frente à recorrente demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor dos enunciados das Súmulas nºs 5 e 7 deste Superior Tribunal.

Confirmam-se:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - CONTRATO DE FRANQUIA - CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO EM CONTRATO DE ADESÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA RÉ.

1. A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração,

impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 211/STJ.

2. A cláusula de eleição de foro inserta em contrato de adesão é, em princípio, válida e eficaz, salvo se verificada a hipossuficiência do aderente, inviabilizando, por conseguinte, seu acesso ao Poder Judiciário. Precedentes.

Hipótese em que a Corte estadual, com amparo no acervo fático-probatório dos autos, concluiu pela invalidade da cláusula de eleição de foro, sob os fundamentos de hipossuficiência da sociedade empresária, bem como da dificuldade de acesso ao poder Judiciário. A revisão de tal entendimento encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Estando o acórdão proferido na origem em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, não há se falar em dissídio jurisprudencial.

4. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 935.542/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 23/02/2018).

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE FRANQUIA. CLÁUSULA DE FORO DE ELEIÇÃO. AFASTAMENTO. POSSIBILIDADE. PARTE HIPOSSUFICIENTE. SÚMULAS N°S 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO ESTADUAL ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE DO ACÓRDÃO. DEFICIÊNCIA.

SÚMULAS N°S 283 E 284 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A jurisprudência desta Corte entende ser válida a cláusula de eleição de foro estabelecida em contrato de franquia, exceto quando reconhecida a hipossuficiência da parte ou a dificuldade de acesso à justiça.

3. A revisão dos fundamentos do acórdão estadual acerca da condição de hipossuficiência da agravada, a justificar o afastamento da cláusula de eleição, é vedada na via especial pelas Súmulas n°s 5 e 7 do STJ.

4. A ausência de impugnação específica a todos os fundamentos do acórdão atrai a incidência das Súmulas n°s 283 e 284 do STF.

5. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 775.828/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016).

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, nego-lhe provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator